

# Grupo De Trabalho História e Culturas Indígenas da ANPUH – GOIÁS: concepção e perspectivas

Marlene Castro Ossami de Moura\*  
m.ossami@terra.com.br

Tamiris Maia Gonçalves Pereira\*\*  
tamirismaia\_19@hotmail.com

Cristiane Loriza Dantas\*\*\*  
crislaliza@gmail.com

**RESUMO:** O objetivo do presente texto consiste em apresentar a criação e as perspectivas do Grupo de Trabalho História e Culturas Indígenas da ANPUH – Goiás. Ele foi idealizado no ano de 2020, como parte do processo de retomada das atividades da diretoria seccional da ANPUH – Goiás, que contatou pesquisadores/as, professores/as e estudantes de várias instituições com o intuito de estreitar diálogos, produzir e divulgar conhecimentos históricos. Dentre os Grupos de Trabalho (GT) da seção Goiás, está o de História e Culturas Indígenas que possui como principais propósitos desenvolver pesquisas relacionadas à temática indígena, estabelecer diálogos com professores de História da educação básica, com os movimentos indígenas e estimular a divulgação dos resultados das pesquisas e produções científicas. No biênio que se iniciou em 2020 e finalizará em 2022, o GT História e Culturas Indígenas tem como objetivo trabalhar conjuntamente para valorizar todos que se comprometem com o engajamento na luta pelos povos indígenas, com os saberes e fazeres plurais, de modo interdisciplinar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Grupo de Trabalho da ANPUH - Goiás; História Indígena; Interdisciplinaridade.

## *Criação do grupo de trabalho história e culturas indígenas*

O Grupo de Trabalho História e Culturas Indígenas foi idealizado em outubro de 2020, pela nova diretoria da ANPUH-GO. A partir da mobilização de vários pesquisadores/as, professores/as e estudantes de instituições goianas, o GT História e Culturas Indígenas foi criado, tendo como principal objetivo estreitar diálogos, produzir e divulgar conhecimentos de

\* Doutora em Antropologia e professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, integra o Programa de Pós-Graduação em História.

\*\* Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Bacharel em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás – UFG

\*\*\* Mestre em História Cultural na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Professora no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC Goiás.

diferentes áreas de pesquisa, tais como História, Antropologia, Arqueologia entre outras, a respeito dos povos indígenas.

O GT História e Culturas Indígenas também possui como propósito a articulação de diálogos com outros GT's da seção regional Goiás, com outras seções regionais e com a ANPUH-Nacional. Pretendemos que esta última seja uma das principais vertentes de interação com as quais dialogaremos.

O Grupo de Trabalho Os índios na História, da seção nacional, foi idealizado pelo professor Dr. John Manuel Monteiro, da UNICAMP no ano de 2009. Tem como objetivo discutir e disseminar informações a respeito da temática indígena, principalmente aquelas que dizem respeito ao protagonismo dos indígenas na História do Brasil e ao ensino de História e culturas indígenas para os níveis fundamental, médio e superior. E ainda visa o fortalecimento da relação dos GT's das seções estaduais da ANPUH (ANPUH, 2020).

É no intuito de estabelecer e fortalecer diálogos plurais e pluriepistêmicos que o GT História e Culturas Indígenas da ANPUH – Goiás foi criado. A opção pelo termo indígena e não índio se deve por este último ter sido forjado no processo da conquista da América, de povos que foram submetidos à condição de colonizados. O emprego da palavra “indígena” é mais recomendável por estar próximo da etimologia do termo, proveniente do latim: “natural do lugar em que vive, gerado dentro da terra que lhe é própria”, “originário da terra” (VIVEIRO DE CASTRO, 2017). Embora haja ainda toda uma discussão sobre esta questão, pois ambas categorias são muito genéricas, preferimos adotar o termo indígena.

O GT pretende trazer visibilidade às pessoas e culturas invisíveis e inaudíveis do nosso passado colonizador, por meio de projetos interdisciplinares em que a História integre e construa conhecimentos científicos e valores humanos; abra os seus saberes à subjetividade transcendendo o eixo da ciência como instrumento legitimador de todos os conhecimentos humanos e que redimensione a relação entre conhecimento científico histórico e a política e a ética social para com os povos indígenas. Buscaremos reflexões, autocríticas, interações e colaborações, incluindo epistemologias outras, sujeitos outros, para a construção de novos conhecimentos e relações entre a Histórias e outros campos e formas de saber.

É nesse sentido que os saberes e fazeres, a oralidade, as perspectivas cosmológicas e mitológicas indígenas, que não separam natureza de cultura, corpo de mente, sujeito de objeto, serão evidenciadas e redimensionadas como conhecimentos tão válidos ou legítimos quanto os

disciplinares. A dimensão política dos movimentos indígenas também será evidenciada pela necessidade e pela inseparabilidade das lutas e práticas cotidianas dos diversos povos indígenas brasileiros com o atual cenário de descasos e silenciamentos. As lutas políticas abraçadas pelos movimentos indígenas são cada vez mais intrincadas e complexas. Sugerem rupturas no padrão de poder e apontam mudanças, distanciando-se do neoliberalismo e se aproximando do “mundo ao revés”, como sugere Felipe Guamán Poma de Ayala (1615), ou do *hutukara*<sup>1</sup>, como propõe Davi Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015). As lutas requerem persistência em meio a avanços e retrocessos, e são concebidas como “como lutas de descolonização, lutas que ainda requerem a aprendizagem, desaprendizagem e reaprendizagem, a ação, criação e intervenção” (WALSH, 2013, p. 24, tradução nossa).

Portanto, no GT História e Culturas Indígenas buscaremos diálogos com maior simetria, seja com as fontes e conhecimentos orais indígenas, seja com obras produzidas pelos próprios indígenas brasileiros ou latino-americanos e outros pesquisadores, nos projetos, pesquisas e colaborações a serem desenvolvidas. A dimensão da educação e aproximação com os educadores também corresponde a um ponto relevante nas proposições do GT, incluindo e redimensionando os conhecimentos históricos com os conhecimentos outros, oriundos de diferentes epistemes indígenas e afro-indígenas, assim como afirmou Gersem Baniwa: “acreditar e seguir indistintamente o pensamento ocidental na escola e na academia pode produzir estragos profundos irreversíveis para os nossos conhecimentos e modos de vida indígena” (LUCIANO, 2019, p. 3).

Para o autor, a educação indígena é para “manejo de mundo”. E ela se contrapõe à educação não-indígena que é voltada para:

[...] manipulação, exploração, dominação e destruição do mundo, pois a ciência, embora busque a compreensão da natureza, é sempre para subjugar-la, dominá-la, explorá-la como se isso fosse possível em sua plenitude e, não para compreendê-la, respeitá-la, protegê-la e cuidá-la como algo tão imprescindível para a vida no planeta (LUCIANO, 2019, p. 6).

Deste modo, Gersem Baniwa afirma que para romper barreiras na educação é necessário um longo caminho de luta para quebrar a hegemonia do poder colonial e colonizador, mas não para negá-lo ou destruí-lo, e sim para possibilitar a continuidade de outros saberes que, ao longo de milhares de anos da história, possibilitaram a existência de complexas civilizações

<sup>1</sup> O grande xamã Yanomami Davi Kopenawa nos fala do mundo como casa, como ambiente, ou *hutukara*, na língua Yanomami. Vê o mundo como floresta viva, fecunda e a terra como ser vivo, que respira e sente. Oposta a visão não indígena, que vê o mundo como recurso para exploração e produção de riquezas.

humanas (LUCIANO, 2019). Mais que necessário, o diálogo interepistêmico torna-se um pilar entre os conhecimentos, lutas, causas indígenas e a educação.

O contato dos povos indígenas com a sociedade colonial e nacional provocou uma grande dizimação desses povos. Dezenas de milhares de pessoas morreram em consequência dos conflitos e das doenças trazidas pelos colonizadores. Esse contato gerou não só violência física, mas também violência cultural, extinguindo, irreversivelmente, línguas, conhecimentos, saberes e fazeres tradicionais de centenas de grupos indígenas no Brasil. Neste sentido, o país tem uma grande dívida histórica para com esses povos. Devolver seus territórios, possibilitar a recuperação de suas línguas maternas, bem como o resgate de suas histórias e a manutenção de suas culturas são ações compensatórias necessárias. Deste modo, é necessário contar uma outra história que não a oficial, que procura, de um lado, mostrar a não-existência de indígenas no Brasil, pelo fato de estes incorporarem elementos da cultura ocidental, além de serem apresentados apenas no passado, como informam muito dos livros escolares. Estas concepções contribuem para que os povos indígenas continuem sendo invisibilizados, com suas identidades e culturas negadas.

A academia tem muito a contribuir com as lutas dos povos indígenas no Brasil, notadamente, a ANPUH – GO com os povos indígenas de Goiás que hoje se encontram reduzidos a três etnias: Iny Karajá, localizada na cidade de Aruanã, Ava-Canoeiro, na cidade de Minaçu e Tapuios (Carretão), localizados nas cidades de Rubiataba e Nova América.

A partir do contexto histórico-epistemológico citado ao longo deste trabalho e do apoio às lutas dos povos indígenas no Brasil, foi pensada a criação do GT História e culturas indígenas da ANPUH Goiás, como um fórum de pesquisas formado por acadêmicos, pesquisadores, discentes indígenas e não indígenas, com o propósito de pesquisar, desde uma perspectiva interdisciplinar, a organização sociocultural e política das comunidades indígenas, suas cosmologias e seus sistemas de crenças, mitos e ritos; a alimentação tradicional e industrializada; educação tradicional e escolar; a história e as consequências do contato interétnico (da colonização à atualidade); o processo de catequese; sua relação com as novas tecnologias e o processo de globalização; o patrimônio cultural, acervos e museus indígenas; etnoarqueologia, artes e músicas indígenas.

Entre outros propósitos, o grupo de pesquisa busca prestar assessoria às comunidades indígenas em suas lutas e reivindicações; fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas no sentido de atender às necessidades dessas comunidades; buscar o diálogo com

professores de História da educação básica; estabelecer contato e diálogo com os movimentos indígenas; além de estimular a divulgação dos resultados das pesquisas e da produção científica, tecnológica e artística do GT.

Ademais, reafirmamos que o GT História e Culturas Indígenas prioriza o compromisso científico e político com a luta dos povos indígenas pela valorização de suas culturas, identidades, memória e educação. Nos próximos subitens, desenvolveremos as perspectivas, propostas e planos de ação do GT e suas interfaces com as áreas disciplinares da História, Antropologia e Arqueologia em diálogo com os povos indígenas.

### *Temática indígena e sua interface com a história*

As abordagens da História contemporânea têm cada vez mais convocado para uma abertura de vozes e de falas que foram silenciadas ao longo do tempo no Brasil. Ainda há muitas histórias por serem contadas. E elas emergem dentro do contexto atual porque clamam por um espaço efetivo social. Um desses agentes sociais históricos que foi silenciado e subalternizado corresponde aos povos indígenas.

Quando falamos de povos indígenas, não falamos de uma voz. Falamos de múltiplas vozes. Hoje são mais de 305 etnias diferentes, vivendo em ambientes urbanos, terras indígenas ou isolados. Possuem diferentes contextos sociopolíticos, diferentes lutas. Há povos que lutam pela manutenção de seus territórios, outros que lutam pela manutenção de suas línguas e práticas culturais, lutam contra garimpeiros, madeireiros, lutam pelas suas vidas e pela sua saúde e, principalmente, contra agropecuaristas que buscam a todo custo tirar suas terras, águas e florestas. Na atualidade, observamos a luta de muitos povos travadas contra políticas públicas federais que, ao invés de protegerem seus direitos, legitimam danos irreversíveis às suas áreas de ocupação, ao seu meio ambiente, cultura e memória.

Portanto, nosso desafio no GT História e Culturas Indígenas será o de olhar para essas diversas realidades e dar voz, visibilidade aos movimentos e problemas enfrentados pelos povos indígenas. Buscaremos o diálogo para que eles possam escrever e auxiliar nesse processo de escrita da sua história.

Podemos afirmar que a invisibilidade da história indígena acontece dentro de um processo de longa duração, pois tivemos populações que habitaram o Brasil há pelo menos 12.000 anos. Eles são os ancestrais das atuais populações indígenas. Dentro dos livros didáticos e em muitos trabalhos acadêmicos, essa vinculação ainda necessita de ampliação. Nossa

proposta no GT História e Culturas Indígenas é também evidenciar o protagonismo indígena ao longo da História do Brasil, seja no passado pré-colonial, seja no presente. Pretendemos demonstrar a importância desses sujeitos para a contextualização de suas lutas e fortalecer um diálogo entre a História e as Histórias dos povos indígenas.

Esse processo de (re)escrita e (re)construção da história dos povos indígenas como sujeitos protagonistas é bastante recente, surgindo como uma preocupação entre a década de 1980 e 1990 no âmbito da disciplina de História. Se retornarmos à história dessa disciplina, encontraremos que, no início do século XX, com o surgimento da Escola dos *Annales*, em 1929, na França, críticas sobre os métodos tradicionais historiográficos começaram a ser formulados havendo uma busca por novas maneiras de fazer estudos e pesquisas. Os historiadores tentavam ampliar e substituir o uso exclusivo de fontes textuais por documentos de todo tipo: imagens, informações orais, dados estatísticos, cultura material, filmes etc. (LE GOFF, 1998). Começaram a buscar mais análises e interpretações que descrições e se aproximar de outras ciências, tais como a antropologia, arqueologia, psicologia, literatura e linguística. A História passa a ser “vista por baixo”, preocupando-se com as experiências das pessoas comuns e não mais com os grandes homens e grandes feitos apenas (BURKE, 1992, p. 10). Apesar da mudança de olhares para o outro, esses historiadores falavam por si, dando visibilidade, mas não voz aos “excluídos”. Tal postura produz lacunas que mais tarde serão abordadas por outros pesquisadores.

Se as abordagens no campo da História sobre as populações marginalizadas despontam por meio dos *Annales*, na disciplina de Antropologia ela ganha impulso com os trabalhos etnográficos e obras publicadas sobre povos nativos de países não europeus. As primeiras abordagens sobre o tema começam a se consolidar na Europa na década de 1940. No Brasil, entre os anos 1930 e 1940, algumas concepções relacionadas às posturas metodológicas nas produções científicas começaram a se ligar às análises estruturalistas. É nesse momento também que é colocada em evidência a importância dos estudos da construção da “civilização brasileira”, em que a representação do indígena possui papel fundamental nas construções historiográficas e sociológicas.

A ideia de três matrizes étnicas é recorrente em muitas publicações do período, trazida inicialmente por Capistrano de Abreu, em “Capítulos de História Colonial” (1907) e depois disseminada por Gilberto Freyre, em “Casa Grande e Senzala” (1933). O conceito é presente também em “Monções” (1945) e “Caminhos e Fronteiras” (1956), de Sérgio Buarque de

Holanda; em “História Econômica do Brasil” de Caio Prado Junior (1945) e em “História da alimentação no Brasil” (1968) de Luís da Câmara Cascudo. O indígena aparece nessas obras normalmente nos primeiros capítulos, destinados a mostrar as origens “primitivas” da nação brasileira.

Na década de 1970 até a década de 1990, os indígenas deixam de ser mencionados em muitas obras nacionais. Se antes compunham os primeiros capítulos, passam a não existir nas publicações seguintes na área de História. A conjuntura social e política no Brasil durante a ditadura militar provocou muitas mudanças. Os indígenas passaram a ser vistos dentro das políticas públicas como uma condição provisória, pois estavam fadados a desaparecerem ao se tornarem trabalhadores brasileiros nas zonas rurais ou áreas urbanas. O governo brasileiro buscava a homogeneização e o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade, seja nos Postos do SPI indígenas nas aldeias, nas escolas indígenas ou nas oficinas de trabalho em que os indígenas eram obrigados a trabalharem. É nesse período também que muitas terras indígenas são invadidas por madeireiros, agropecuaristas e pelo próprio governo brasileiro que buscava a construção de “obras faraônicas”.

Na década de 1980, o cenário nacional das políticas públicas muda novamente. As preocupações vão ao encontro das políticas internacionais que se voltam para a marginalização, fome e desnutrição da população, contrariando, assim, o chamado “milagre econômico” durante os “anos de chumbo” (1969-1973). Iniciam-se investimentos exteriores voltados para as pesquisas nas áreas que abrangem a população excluída. Nesse momento, os indígenas são classificados dentro dos grupos marginalizados de áreas não urbanas, havendo médicos sanitaristas e antropólogos adentrando o cenário das investigações relacionadas à saúde, às doenças, à fome e à questão de suas terras. Ocorre, por um lado, a aproximação de alguns pesquisadores dessas áreas de pesquisa que abordavam esses problemas e, por outro, o distanciamento de historiadores e sociólogos. Ademais, na década da 1980, os estudos das sociedades, a partir do viés marxista, foram os grandes embasamentos teóricos para vários programas de pesquisa. Os trabalhos que abordavam etnicidade recebiam novos interesses, voltados para a área política e econômica. A História Econômica e a História da Cultura Material ganham força influenciando diversos trabalhos em que a cultura indígena raramente entrava.

Foi somente na década de 1990 que a História Indígena emergiu no cenário das pesquisas nacionais e a temática indígena ganha novas perspectivas voltadas à Nova História

Cultural, a pós-modernidade, ao pós-colonialismo e a perspectiva decolonial. Dentre as abordagens contemporâneas, nas décadas de 1990 e 2000, há uma busca pela minimização do fator exótico do “outro”, simetria de conhecimentos, atuação significativa desocultando suas ações, cunho político de denúncia social e a tentativa de contar uma outra história.

De acordo com esta nova perspectiva, o GT História e Culturas Indígenas buscará traçar caminhos para novas pesquisas que envolvam não somente documentos oficiais, mas as vozes e saberes indígenas em suas trajetórias e particularidades, sendo a aproximação dos povos um dos fatores primordiais para a ampliação de conhecimentos intepistêmicos e pluriépistêmicos.

#### *Temática indígena e sua interface com a antropologia*

A história dos povos indígenas no Brasil representa um processo de violência física e cultural que adquiriu, em diversos momentos, características de genocídio, resultante da desproporção de forças entre as sociedades indígenas e os segmentos da sociedade colonial e nacional que com elas entravam em choque. Os povos indígenas se defrontaram com esses segmentos, num esforço de salvar suas terras, suas vidas, sua cultura. Por isso, qualquer trabalho que se proponha a estudar as relações de contato entre sociedades indígenas e a sociedade nacional é, ao mesmo tempo, um estudo científico e uma denúncia desse genocídio, que vem desde o passado colonial e vai se atualizando sob novas formas de relação de exploração (OSSAMI DE MOURA, 2008, p. 19).

Quem estuda a História do Brasil de um modo mais crítico, encontrará números discrepantes sobre a população indígena, antes e depois da chegada dos colonizadores. Segundo cálculos de vários estudiosos, teriam existido, no Brasil pré-cabralino, entre quatro a dez milhões de indígenas. E, de acordo com Aryon Rodrigues (1993, p. 20-26), estariam representadas mais de mil etnias diferentes, falando cerca de 1.200 línguas. Hoje, conforme o censo do IBGE de 2010, existem no Brasil 817,963 mil indígenas, distribuídos em 305 etnias distintas, falando cerca de 274 línguas diferentes.

Estes dados estatísticos nos mostra a violência do genocídio e do etnocídio praticado contra os povos indígenas pelos colonizadores europeus e extensivo às frentes de expansão extrativista, agrícola e pastoril, na atualidade. Não somente vidas humanas foram ceifadas, mas também conhecimentos tradicionais ligados à cosmologia e à biodiversidade. Por outro lado, ao contrário das previsões pessimistas de que a população indígena estava em via de extinção,

os dados mostram o crescimento da população indígena no Brasil, de 294.131 pessoas em 1991, para 817,963 em 2010 (IBGE, 2010).

A antropologia, exorcizando seu passado colonialista e evolucionista, tem como centralidade o estudo da diversidade cultural, buscando olhar o Outro como um igual a si mesmo. A noção de diferença é definidora da antropologia, que invoca a alteridade no sentido de perceber o Outro a partir de sua própria cultura, de acordo com as funções desempenhadas em cada sociedade. Essa perspectiva, adotada pela antropologia, está alicerçada nos estudos de Franz Boas (2017), no início do século XX. Ele fez severas críticas ao etnocentrismo da escola evolucionista, a qual concebia o desenvolvimento da história da humanidade seguindo, desde seu primórdio, um mesmo caminho linear e progressivo, resultando numa hierarquização de raças humanas, classificadas em superiores e inferiores. Boas vai contestar esta concepção etnocêntrica, indicando que a diferença entre os seres humanos é de ordem cultural e não racial. A partir dessa perspectiva, Boas assume o relativismo cultural tendo como pressuposto básico a noção de que todo fato cultural, toda produção humana só tem sentido quando analisada na cultura em que foi criada, uma vez que não existe uma cultura, mas culturas, cada uma formando um todo coerente e formal. Com essa postura, Boas não queria negar a existência de valores absolutos ou universais, uma vez que afirmava ser possível certas verdades fundamentais comuns a toda humanidade.

Nesse sentido, a noção de alteridade nos leva a reconhecer a diferença, bem como propõe o respeito ao outro com seus valores éticos e culturais, oportunizando uma cultura da tolerância. É nesse espírito do respeito e da tolerância que o GT: História e Culturas indígenas norteia seus objetivos ao colocar os povos indígenas como centralidade de seus estudos, tendo as questões fundamentais que norteiam suas lutas e suas vidas, tais como o território, autodeterminação, educação, saúde entre outras.

O território é para os povos indígenas o suporte da vida social e está diretamente ligado ao sistema de conhecimento e de crenças (RAMOS, 1986, p. 13), sendo o chão cultural onde vivem e repousam seus antepassados. Segundo Gersen Luciano (2006, p. 101), “o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam”. O autor afirma ainda que “no território, uma montanha não é somente uma montanha, ela tem significado e importância cosmológica sagrada”. Nesse sentido, o território não tem apenas uma razão prática, mas sim toda a simbologia cosmológica. Para Luciano (2006, p. 102),

Quando os índios se propõem a reflorestar uma área degradada, além de recuperarem espécies florestais, eles estão trazendo de volta os espíritos e os deuses que foram afugentados pela destruição. E esses espíritos e deuses são fundamentais para o equilíbrio da vida na terra, evitando doenças e outras desgraças, como reação da própria natureza ameaçada ou destruída.

O território, portanto, é a base da vida dos povos indígenas profundamente ligado às suas manifestações culturais, tradições, relações familiares e sociais. Os povos indígenas, assim, precisam de espaços suficientes de terras para caçar, pescar e desenvolver suas tradições culturais e seus rituais sagrados que só podem ser praticados em ambientes adequados. Por isso, a terra tem centralidade na vida e nas lutas dos povos indígenas, pois dependem dela para o desenvolvimento de suas tradições, da cura de suas doenças, para a sobrevivência física e cultural. Demarcar e proteger as terras indígenas é defender a vida desses povos. E esta é uma das ações do GT História e Culturas indígenas, somando-se às lutas dos povos indígenas e em defesa da Constituição Federal/1988, a qual reconhece os direitos originários dos povos indígenas.

#### *Temática indígena e sua interface com a arqueologia*

As abordagens da arqueologia no que se refere à história indígena têm sido atualmente debatidas por vertentes distintas que buscam incorporar discussões de uma agenda contemporânea, que compreende como urgente a construção do conhecimento de forma simétrica, em um processo em que as narrativas dos grupos indígenas sejam incorporadas na constituição da história destes coletivos em uma perspectiva de longa duração. Desta forma, a arqueologia busca a desconstrução de estereótipos que influenciaram na constituição da identidade nacional.

É a partir dos estudos de da longa duração que a arqueologia vem buscando conectar grupos do passado aos coletivos humanos do presente, no qual aborda as evidências materiais na dinâmica de transmissão e continuidades culturais, desde o período colonial aos dias atuais, buscando a associação entre o registro arqueológico e as populações indígenas. Hodder (2009) deixa claro que a Arqueologia é fundamental para a construção de uma história profunda, pois traz uma perspectiva diferenciada no que diz respeito à questões de interação entre a cultura material e o mundo simbólico, viabilizando uma base para se pensar continuidade/mudança e tradição/ inovação.

A presença e o estudo dos testemunhos materiais deixados por grupos do passado desconstruem certas ideologias e discursos que alimentam processos de exclusão social. Visto que, a criação e valorização de uma identidade nacional ou cultural, relaciona-se muitas vezes com a arqueologia (FUNARI, 2000), que fornece instrumentos de ligação entre o passado e o presente, revelando fatos às vezes desconhecidos ou negligenciados pelo discurso hegemônico.

Pesquisas arqueológicas veem buscando trabalhar a conexão dos grupos indígenas do passado com os grupos da atualidade adotando como regra integrar na investigação arqueológica uma importante agenda que busca refletir sobre as interpretações dos contextos arqueológicos a partir de posicionamentos interdisciplinares bem como a colaboração multicultural. Neste caso, propõe-se que as pesquisas arqueológicas sejam constituídas e pautadas não somente pelos arqueólogos, mas que possam trazer a experiência dos grupos que estão sendo investigados, proporcionando desta forma a construção de uma arqueologia colaborativa e menos colonizada. Para Silva *et. al.* (2011, p.37),

em seu escopo mais amplo a Arqueologia Colaborativa (Community Archaeology), é entendida como uma prática arqueológica que visa estabelecer a colaboração e o envolvimento de diferentes coletivos nas questões relativas à pesquisa e gestão do patrimônio cultural interdisciplinar e a colaboração multicultural têm sido a tônica de vários projetos científicos que buscam complexificar a produção e utilização dos conhecimentos.

A busca da interpretação dos contextos arqueológicos pelos grupos indígenas do presente abre a possibilidade para elaboração de narrativas antes não acessadas pelos arqueólogos, trazendo à tona novas formas de compreensão da cultura material, formas de expressão, bem como materialidades antes inacessíveis aos pesquisadores desta área de conhecimento. É preciso, neste caso, compreender que se trata de uma investigação que tem como objetivo a valorização de múltiplas narrativas, inexistindo arranjos únicos com relação à interpretação dos contextos estudados, pois, segundo Silva *et. al.* (2011, p.37),

esta abordagem pressupõe a perspectiva multicultural na construção do conhecimento e isto implica em contrapor diferentes modos de ver e conhecer o mundo, neste caso, dos arqueólogos/etnoarqueólogos e dos indígenas. É preciso compreender que as populações nativas têm uma relação dinâmica e dialética com o seu passado.

Fredel coloca ainda que o conhecimento de diferentes formas de vida, experiências e perspectivas da humanidade contribui na formação de uma consciência cidadã. Compreender a diversidade cultural que caracteriza a formação da sociedade brasileira é um caminho para o respeito, a tolerância e a abertura à multivocalidade, bem como à garantia de direitos por meio do reconhecimento das diferenças culturais (FREDEL, 2012).

Portanto, diante do que foi exposto, o GT História e Culturas Indígenas irá pensar e discutir contextos arqueológicos a partir da perspectiva colaborativa e multicultural buscando trazer para as interpretações dos contextos arqueológicos, narrativas que estejam conectadas com as vivências dos grupos, possibilitando o reconhecimento de histórias plurais.

### *Considerações*

A criação do Grupo de Trabalho História e Culturas Indígenas da ANPUH – Goiás em 2020, indica o quanto a temática indígena se faz importante nas últimas décadas e, principalmente, nos últimos anos, merecendo atenção especial dos pesquisadores. A necessidade de ampliar as produções, análises, diálogos interepistêmicos e divulgá-los, proporciona novas reflexões no âmbito das lutas dos povos indígenas, relacionadas a suas trajetórias históricas, seus territórios, saúde, políticas ambientais e educacionais.

Nosso propósito é abrir caminhos para a realização de novas pesquisas, sugerindo trabalhos que envolvam, para além de dados documentais, as próprias vozes indígenas, bem como a aproximação dos historiadores, antropólogos, arqueólogos e demais pesquisadores com os povos indígenas para diálogos e interações inter e trans epistêmicas. Portanto, como dito anteriormente, uma das nossas principais ações será o estreitamento de diálogos com os povos indígenas e o estreitamento do diálogo com os outros GT's da seção regional Goiás para a ampliação e interação de conhecimentos.

Os diálogos mais simétricos serão um dos nossos focos e compromissos, pois para que haja o redimensionamento da relação entre o conhecimento científico histórico, política e ética social, faz-se necessária uma relação pluriépistêmica, intercultural e horizontal (não hierárquica) entre nós, pesquisadores e os povos indígenas. Não haverá sujeitos e objetos, investigadores e investigados e, sim, agentes que narram suas histórias. Além disso, reafirmamos que os movimentos indígenas serão considerados como atuações-chave para compreendermos a importância de suas lutas, mediante a inseparabilidade destas de suas práticas cotidianas, principalmente, em um cenário nacional contemporâneo de silenciamentos e apagamentos. Assim, uma de nossas ações será se somar às lutas dos povos indígenas na defesa da Constituição Federal de 1988, que reconhece seus direitos originários.

Compreendemos que o diálogo com os professores da educação básica se faz essencial para a divulgação e articulação das pesquisas, redimensionando valores, dados, reflexões e análises sobre os povos indígenas e os povos ancestrais habitantes do território goiano. Divulgar

os testemunhos materiais do passado e os povos pré-coloniais que lhe deram origem, permitirá construir o passado de longa duração de modo mais profundo e, desse modo, auxiliar na desconstrução de ideologias, preconceitos e informações errôneas que muitas vezes levam a processos de exclusão e silenciamentos sociais. Como afirmou Ailton Krenak (1999, p. 27-28):

os nossos velhos dizem: “Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai”. Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, é importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo. [...] Somos testemunhas da chegada dos outros aqui, os que vêm com antiguidade, e mesmo os cientistas e os pesquisadores brancos admitem que sejam de 6 mil, 8 mil anos. Nós não podemos ficar olhando essa história do contato como se fosse um evento português. O encontro com as culturas, ele transcende a essa cronologia do descobrimento da América, ou das circunavegações, é muito mais antigo. Reconhecer isso nos enriquece muito mais e nos dá a oportunidade de ir afinando, apurando o reconhecimento entre essas diferentes culturas e “formas de ver e estar no mundo” que deram fundação a esta nação brasileira, que não pode ser um acampamento, deve ser uma nação que reconhece a diversidade cultural, que reconhece 206 línguas que ainda são faladas aqui, além do português.

O diálogo começa com o reconhecimento do Outro, com o seu tempo, seu espaço, suas crenças para convivência. Será nesse sentido que buscaremos caminhar.

## Referências Bibliográficas

ALARCÓN-CHÁIRES, Pablo. *Epistemologias otras: conocimientos y saberes locales desde el pensamiento complejo*. 3 ed. Morelia (Mexico): Tsintani AC/UNAM, 2019.

ANPUH – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. *GT os Índios na História*. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/314-gt-os-indios-na-historia>>. Acesso em 30 de nov. 2020.

BOAS, Franz. *A Mente do Homem Primitivo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BURKE, Peter. *A Nova História, seu Passado e seu Futuro. A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

FREDEL, Karla Maria et al. *Arqueologia de gênero nas cidades de Pelotas/RS-Brasil e Habana Vieja/Habana-Cuba: século XIX*. 2012.

FUNARI, P.P. A. 2000 *Como se tornar arqueólogo no Brasil*. Revista USP, São Paulo, 44: 74-85.

GUAMÁN POMA DE AYALA, Felipe. *Nueva cronica y buen gobierno*, 1615. Obra de domínio público. Disponível em: <<http://www.biblioteca.org.ar/libros/211687.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. 2016.

HODDER, J., WAELKENS, M., RENFREW, C., SHERRATT, A., & TAYLOR, T. *Archaeology as long-term history*. Vol. 11. CUP Archive, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Diretoria de Pesquisas, 2012. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)>. Acesso em: 29 de dez. 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 23-31.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques (org.); CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 25- 64.

LUCIANO-BANIWA, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação para manejo do mundo. *Revista Articulando e construindo saberes*, v.4, 2019, p. 1-17. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/racs.v4i0.59074>>. Acesso em: 30 de nov. 2020.

OSSAMI DE MOURA, M. C. *Os Tapuios do Carretão: etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

PEREIRA, Tamiris Maia Gonçalves; MAGALHÃES, Sônia Maria; NAZARENO, Elias. Estado do Conhecimento sobre História da alimentação indígena no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 368-403, jan./jun., 2020. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/63774/40090>>. Acesso em: 30 de nov. 2020.

RAMOS, A, R. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Ciência Hoje. Revista de Divulgação Científica da SBPC*, v. 16, n. 95, nov. 1993.

SILVA, Fabíola Andréa; BESPÁLEZ, Eduardo; STUCHI, Francisco Forte. *Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatínemu, rio Xingu, Pará*. Amazônica-Revista de Antropologia, v. 3, n. 1, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os Involuntários da Pátria - elogio do subdesenvolvimento. Edições Chão da Feira. *Caderno de Leituras / Série Intempestiva*. Projeto gráfico - Mateus Acioli. Maio de 2017. Disponível em: <[https://www.academia.edu/43495481/Os\\_Involunt%C3%A1rios\\_da\\_P%C3%A1tria\\_elogio\\_do\\_subdesenvolvimento](https://www.academia.edu/43495481/Os_Involunt%C3%A1rios_da_P%C3%A1tria_elogio_do_subdesenvolvimento)>. Acesso em: 30 de dez. 2020.

WALSH, Catherine. Introdução: Lo pedagógico y lo decolonial – Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (Ed.). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013, p. 23-32.